



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

### PRIMEIRA CÂMARA – SESSÃO DE 17/09/2013 – ITEM 44

**TC-005549/026/12**

**Órgão Público Concessor:** Prefeitura Municipal de Osasco.

**Entidade Beneficiária:** Instituto Paradigma.

**Responsáveis:** Emídio de Souza (Prefeito) e Luiza Angélica Barata Russo (Presidente).

**Assunto:** Prestação de contas – repasses públicos ao terceiro setor. Justificativas apresentadas em decorrência da assinatura de prazo pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini, publicada no D.O.E. de 08-03-12.

**Exercício:** 2006.

**Valor:** R\$432.193,16.

**Advogados:** Graziela Nóbrega da Silva, Eduardo Leandro de Queiroz e Souza, Renato Afonso Gonçalves, Arthur Scatolini Menten, Caio Cesar Benício Rizek e outros.

**Fiscalizada por:** GDF-3 - DSF-II.

**Fiscalização atual:** GDF-1 - DSF-II.

### RELATÓRIO

A Prefeitura Municipal de Osasco, pretendendo desenvolver e implantar projeto de inclusão educacional de crianças com deficiência na rede municipal de ensino, celebrou o Termo de Parceria nº 084/05 com a OSCIP Instituto Paradigma em 15/09/05.

A matéria foi alvo de apreciação nos autos do TC-7296/026/07, sendo que esta Primeira Câmara, em Sessão de 25/05/10, decretou a irregularidade da parceria, com a aplicação de sanção pecuniária ao Prefeito, por considerar configurada a ausência de planejamento e a falta de transparência na consecução dos atos.



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

Essa decisão foi mantida em Sessão Plenária de 16/05/12, diante do não provimento de recurso ordinário.

Também os valores repassados no ano de 2005 já foram analisados por este TCESP em Sessão desta Câmara de 03/09/13, no TC-5548/026/12, recebendo juízo pela irregularidade.

Agora, põe-se em exame nestes autos a prestação de contas das verbas repassadas pela Prefeitura à OSCIP no exercício de 2006, com subsídio no referido termo de parceria.

A 3ª Diretoria elaborou o relatório de fls.23/26, informando que não foi apresentada prestação de contas do valor de R\$ 432.193,16.

Ainda, anotou que o órgão Concessor inscreveu o valor em Dívida Ativa em 1º/10/10, com emissão de aviso de cobrança à OSCIP Paradigma.

Após a notificação de fls.27/28, foram anexados documentos pela Prefeitura de Osasco (fls. 33/45), confirmando a inscrição do débito em Dívida Ativa e a propositura de ação judicial, sob o nº 405.01.2011.510660-9, em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Osasco.



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

A Assessoria Técnica, com encaminhamento de sua Chefia, propôs que a matéria fosse julgada regular, diante das providências noticiadas pela Municipalidade (fls. 46/47).

É o relatório.

**RFL**



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

### **VOTO**

Recentemente, em Sessão desta Câmara de 03/09/13, relatei processo em que se analisou a prestação de contas dos recursos repassados com fulcro no Termo de Parceria nº 84/05, firmado entre a Municipalidade de Osasco e a OSCIP Instituto Paradigma, relativos ao ano de 2005 (TC-5548/026/12). Portanto, feito que tratou da aplicação de recursos repassados no ano anterior àqueles que ora estão em pauta (2006).

Na ocasião, recordei que no TC-7296/026/07 foi analisado o Termo de Parceria nº 84/05 por esta Corte, com decisão pela sua irregularidade e com a aplicação de pena pecuniária ao responsável pela concessão das verbas. Lembrei ainda que, dentre as falhas que embasaram essa orientação, verificou-se a falta de transparência e o inadimplemento das cautelas legais regedoras da matéria pelo Executivo Municipal, de modo que a avença não restou clara e específica com relação a objetivos, metas, projeto técnico, detalhamento de despesas e muito menos quanto à escolha da entidade parceira.

Dito isto, assinalei que os desacertos verificados naquela prestação de contas, referente ao ano de 2005, impunham-se como previsível decorrência dos atos analisados e verberados



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

naquela outra Sessão Camarária, haja vista que, naquele mesmo ano de 2005, entre os meses de setembro e dezembro, a Prefeitura Municipal entregou ao Instituto Paradigma o montante de R\$ 406.450,00, sem que fossem aplicados os recursos conforme o acordado e sem que fossem prestadas contas.

Colocada a situação, a decisão foi no sentido da irregularidade das verbas repassadas no ano de 2005.

Aqui não é possível realizar juízo distinto.

A ausência de qualquer documentação que demonstre a correta aplicação dos recursos impede juízo pela regularidade da matéria.

Aliás, o conjunto de fatos relatados, quanto aos inúmeros desajustes no termo de cooperação originário e acerca da desídia na prestação de contas em 2005, permite a formação de um quadro de descaso na gestão de recursos públicos, situação essa que se estendeu ao exercício ora pauta.

Cumprir observar que a inscrição do débito em Dívida Ativa e o protocolo de demanda de execução judicial possibilitam inferir que foram tomadas medidas posteriores na tentativa de, ao menos, recuperar o prejuízo que atingiu o erário



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

municipal. Todavia, tais medidas não são capazes de afastar a irregularidade na aplicação dos valores em exame.

Por todo o exposto, **voto pela irregularidade** da prestação de contas das verbas repassadas no exercício de 2006 pela Prefeitura Municipal de Osasco ao Instituto Paradigma, com base no Termo de Parceria nº 084/05, aplicando, em consequência, as disposições do artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Deixo de determinar a adoção de providências para a devolução dos valores percebidos pela OSCIP, em virtude das notícias apresentadas sobre as medidas legais tomadas pela concessionária para esse fim. Porém, impõe-se, que a entidade beneficiária fique proibida de novos recebimentos, subsumindo-se aos comandos legais de regência.

Consigno que a invocação dos ditames do inciso XXVII, acima referido, **importa que o atual Prefeito Municipal, Antônio Jorge Pereira Lapas, informe a esta Egrégia Corte as providências administrativas complementares adotadas** em função de tais imperfeições, comunicando, em especial, a eventual abertura de sindicância, bem como o andamento ou o deslinde da anunciada ação de execução.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

Ainda, tendo em vista a continuidade de repasses que, concentrados nos três primeiros meses do ano de 2006, somaram R\$ 432.193,16, sem que houvesse comprovação de que os serviços acordados estavam sendo efetivamente cumpridos, **aplico multa de 250 UFESPs**, com fundamento no artigo 104, II, da Lei Complementar nº709/93, ao então Prefeito e Responsável pela concessão dos recursos no ano de 2006, o senhor Emídio de Souza.

Por fim, **determino** a remessa de cópia deste voto ao Ministério Público do Estado para conhecimento e eventuais providências de sua alçada.

**RENATO MARTINS COSTA**  
**Conselheiro**